



Afastamento de Vitor Crespo choca FRELIMO?

FONTES bem informadas referem que o afastamento do comandante Vitor Crespo, pela Assembleia da Armada teria provocado nos meios moçambicanos um certo desagrado que poderia levantar interrogações sobre as relações entre Portugal e a sua ex-colónia.

A esse respeito refere-se ainda que Moçambique não nomeará até este momento o seu embaixador em Lisboa.

Provável revogação da lei de controlo da Informação

É PROVÁVEL QUE o Conselho da Revolução decida em breve a revogação da lei de controlo da informação, aprovada na sua reunião de segunda-feira passada. Para além das afirmações feitas pelo capitão Vasco Lourenço na entrevista que publicamos nesta página, o comandante Ramiro Correia, em representação do CR reuniu-se ontem à tarde, no Palácio de Botim com os directores dos órgãos de informação, pretendendo ouvir opiniões sobre a lei.

Perante a unanimidade dos presentes na condenação do que tem sido qualificado como "nova censura", Ramiro Correia afirmou que transmitiria esse consenso aos outros membros do CR, pronunciando-se, a título pessoal, a favor da revogação.

Mc Govern em Lisboa

O SENADOR MC GOVERN, candidato à presidência dos EUA em 1972, estará em Lisboa, de 18 a 22 de Setembro.

O propósito é tratar-se, tal como já aconteceu com outros políticos americanos, da actual situação e do futuro do processo revolucionário português, através de vários encontros, inclusivamente com líderes de Imprensa. A acção de Mc Govern tem sido orientada no sentido de rápidas e importantes reformas na política americana, nomeadamente no campo externo.

"A Luta" matutino

SEGUNDO fontes bem informadas, poderá passar, brevemente, para matutino o vespertino "A LUTA", dirigido por Raul Rago e criado por antigos redactores da "República".

Conselho Nacional do PPD

REALIZA-SE nos próximos dias 27 e 28 o Conselho Nacional do Partido Popular Democrático, convocado para apreciar a situação política actual, a actuação da Comissão Política Nacional e das Comissões Políticas Distritais, a alteração dos Estatutos, e a eventual convocação do 2.º Congresso Nacional. A esse Conselho deverão assistir Emílio Guemoto, Secretário Geral substituto e Francisco Sá Carneiro.

Roubadas gravações históricas da 5.ª Divisão

DE ACORDO com a comunicação da ao Conselho da Revolução do comandante Ramiro Correia, apareceram das várias instalações ocupadas pela 5.ª Divisão as várias gravações das Assembleias do MFA e de outras importantes reuniões militares, tendo também desaparecido os registos escritos de acontecimentos pontuais ou de simples rotinas dos serviços.

Uma primeira análise, não se conhece qualquer explicação para o fenómeno como se terá consumado o desaparecimento de documentos militares, não só no campo estritamente militar como, sobretudo, nos campos político e histórico. Aparentemente, o desaparecimento deve-se ao facto de intervenção dos Comandos no levantamento das instalações da 5.ª Divisão não ter sido acompanhada por um inventário de todos os documentos existentes e sua respectiva salvaguarda. Além disso, depois de conhecida a informação, se deslocou para as Ilhas Verdes um pelotão de Comandos para garantir a segurança dos documentos que ali já foram deixados.

COM LUCRA?

Alguns meios militares estão bastante preocupados com este estranho desaparecimento, que se não pode desligar da intensa luta pelo poder que continua em curso nas Forças Armadas. De termos imediatos, consideramos que ficou difícil fazer a rasteira às actividades

da 5.ª Divisão que tinha sido ordenado pelo CEMGFA. Mas consideram ainda mais importante o facto de não ser possível fazer uma análise política factual das várias intervenções de membros do MFA e da sua evolução ao longo do processo revolucionário, que seria certamente muito útil para uma completa clarificação de posições e responsabilidades.

UM WATERGATE EM PORTUGAL?

Foram os métodos utilizados, surge mesmo a possibilidade de que essas gravações venham a ser falsificadas, numa imitação lamentável de processos utilizados nos anos 30 na União Soviética e nos 70 nos Estados Unidos.

Para além de todas as manobras de bastidores que a posse destas gravações permite, não se pode deixar de lamentar a hipótese de se vir a perder registos com um valor histórico único e que constituem património nacional.

DESAPARECEM ARMAS

Nem só gravações têm, no entanto, desaparecido das instalações militares. Segundo informações militares fidedignas, têm sido levantadas do Depósito de Material de Guerra em licorcia, armas com requisições para diversas unidades que entretanto não chegam ao seu destino. Não se conhecem razões específicas para esse extravio e estão em curso investigações para apuramento de responsabilidades.

Informação e Economia atrasam VI Governo Provisório

A HORA À QUE FECHAMOS esta edição, mantinha-se o impasse que se abriu à constituição do VI Governo Provisório. Apesar do elevado número de reuniões ontem realizadas (PS e PC das 11.00 às 14.00, das 17.00 às 19.00, das 21 às 23.30), o PS e o PPD reuniram-se a partir das 23.30, decorrendo ainda o seu encontro à hora a que fechamos esta edição, e da insuficiência do ministro Pinheiro de Azevedo em ter o elenco governamental constituído hoje (chegando o Primeiro-Ministro indugiado a afirmar que distribuir, caso o não conseguisse, verificavam-se ainda diversas dificuldades.

Por um lado, não havia uma aprovação concreta e generalizada dos nove pontos a que fora reduzido o Programa Económico do VI Governo Provisório. Por outro lado, PS e PPD suscitaram pontos de vista muito divergentes do PCP no que respecta ao documento referente à política de informação, discutindo os conteúdos da sugestão de serem aprovados, como normas orientadoras, os princípios sobre a matéria já votada na Assembleia Constituinte. Apesar dos encontros ocorridos, o ministro Pinheiro de Azevedo terá proposto que, ainda na noite de ontem e na madrugada de hoje, os partidos propusessem normas e sugestões as quais se justificassem.

A continuação da situação de impasse surgiu, logo na manhã de ontem, no momento em que se deslocou do PS e do PCP a presença de Costa Gomes, Pinheiro de Azevedo e Melo Antunes.

O DEFASSÉ voltou-se sobretudo sobre os pontos, no momento das delegações do PS e do PCP, no presence de Costa Gomes, Pinheiro de Azevedo e Melo Antunes.

A delegação do PCP, composta por Álvaro Cunhal, teve fecho publicamente, hoje e amanhã, Octóbio

Fato e Joaquim Gomes, mostrou-se realista ao admitir os documentos do PS sobre política económica e política informativa. Quanto ao primeiro admitiu ser de muito longo e perfunctório, tendo sugerido a sua substituição por um texto mais curto, mais sério ou, ainda, apenas, que teria integrado os "relatórios da Política". O texto sobre informação foi recebido em geral pelo PCP.

Um dos argumentos apresentados foi o de que a adopção de princípios de responsabilidade, proposta pelo PS, levada a um conteúdo da informação pública pelo PS e pelo PPD.

Álvaro Cunhal terá também realizado argumentos contra a entrega da "República" à A.D. municipal, ponto de qual o PS não abdicou. O ministro Pinheiro de Azevedo pronunciou-se pela renúncia da questão aos pontos propostos pelo PS. O general Costa Gomes já se mostrou mais reticente.

O PCP ficou de apresentar, a pedido do PS, uma contra-proposta sobre informação a votar.

No entanto, Álvaro Cunhal sugeriu logo ali a leitura da distribuição dos discursos pelos partidos, ideia muito bem acolhida por Pinheiro de Azevedo e Mário Soares.

Em vários pontos do encontro, Álvaro Cunhal mostrou-se apreensivo, particularmente ao recordar, em um momento, diálogo com o PPD.

O presidente Costa Gomes falou e outras delegações das reuniões de ex-general Spínola, dizendo porém que este não iria aguentar, mais sugeriu pelo agravamento da situação letargar. E deu exemplos concretos de "guerra psicológica" do ex-general relativamente a pessoas do seu círculo social.

Outro tema de relevo do encontro foi a afirmação proferida pelo ministro Pinheiro de Azevedo —

que tem demonstrado uma grande disponibilidade nas negociações — de que decidida do futuro Governo se ele não fosse constituído hoje no país. E chegou a ser próprio e altamente falado.

A reunião PS-PCP prosseguiu à tarde e até ao começo de noite.

Documento de Melo Antunes

AS NEGOCIAÇÕES, prosseguiram ao longo da noite em sessões de longos trabalhos.

No domingo passado, o presidente Costa Gomes e o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo receberam os 3 partidos em conversações, sendo entre proposto um esquema para a formação provisória do Governo no segundo-feira, incluindo os nomes dos ministros nos pontos, que tornaram imediatamente posse, ficando ao domínio de ser nomeadas até ao fim da semana. Entretanto, com a realização das críticas apresentadas pelo PS e pelo PPD relativamente ao "Estatuto de Acção Programática do VI Governo Provisório" do Pinheiro de Azevedo, os distribuídos pelo Primeiro-Ministro indugiado um segundo documento, contendo o seu Projecto de Declaração Política. O PS e o PPD levantaram várias objeções a esse documento provisório, de ministros nos pontos entre os 3 partidos. Avanceou, então, a realização de 2 ministros nos pontos PS e um PPD.

Além disso, tanto o PS como o PPD tinham a recusa formação do Governo em duas fases, antes de ficar claro qual era o seu programa político, e se se condições de qual qual eram indispensáveis.

Estimando também no primeiro fim de semana, o major Melo Antunes, que era convidado para fazer parte do Governo, admitir que

negociadas conjuntas, apresentadas ao Presidente da República Costa Gomes um documento único, contendo o desenvolvimento das propostas de chamado Grupo das Novas, em termos de Programa Governativo.

Conversas

«MÃO À MÃO»

Na segunda-feira, o PS apresentou dois documentos de base para discussão. Um referente ao "Programa Político", e que já introduziu alterações ao 2.º texto de Pinheiro de Azevedo; outro contendo o Programa Económico. Também o PFD entregou, ao fim de tarde um projecto de plataforma política para discussão com os demais partidos membros da comissão de Comissão Política Nacional. Assim, o Presidente da República e o Primeiro-Ministro tinham recebido vários outros partidos políticos (CDS, MES, MDP/CDE, UDP, PPM) para lhes fazerem a exposição do presente situação político-militar, não tendo sido abordado por eles o problema de formação do Governo, circunscrito ao PS, PFD e PCP.

Na quarta-feira, iniciaram-se as conversações conjuntas entre o PS e o PC e o PS e o PFD, tendo por base o texto do PS, aliado de elementos do texto do PFD, e de comentários e propostas de alteração sugeridas pelo PCP. É neste o ambiente das negociações, em particularmente afectado pela crescente tensão existente entre o PFD e o PCP. Este, recorreu-se a conversar directamente com aquele, e acusava, os seus dirigentes por afirmações recentemente proferidas (vg. Comissão de Factos). Apesar recorrente a participação do PCP no Governo, a menos que fusão uma declaração explícita de que tendem daqui para o futuro "empontar as instituições democráticas".

A radicalização da posição do PCP nos seus contactos ao 4.º feira traduziu-se inclusive na recusa de

participação formal no Governo com o PFD.

No mesmo dia, à tarde ocorreram a posição do PFD. Alguns observadores chegaram, então, a aventar a hipótese de formação de um governo só com o PS e o PFD.

No noite de 4.º para 5.º feira, o PCP parece voltar admitir a hipótese de anterior elemento com a integração no Governo, embora não como representantes oficiais do partido (tal hipótese seria confirmada por Álvaro Cunhal, em discurso feito na Comissão, ao dia seguinte).

Os nove e o Governo

Na 5.ª feira, prosseguem contactos, — sempre em Solim e com a presença de Costa Gomes, Pinheiro de Azevedo e Melo Antunes — entre os mais longos os estabelecidos entre o PS e o PCP. A noite, o PS encontrou-se novamente com o PFD.

Como balanço de mais este dia de trabalho, a "Plataforma Política" encontraram-se já praticamente concluída, tendo na sua quase totalidade a agenda dos três partidos intervisivelmente reconhecido-se o PFD apenas para a reconstrução dos pontos referidos a fim de dar informação, as alterações locais, e as "inquiridas" do Comité de Extinção do PFD (FIDE/DGS, pontos em que as condições do PFD são muito semelhantes, actualizadas).

Entrando, o Primeiro-Ministro, Pinheiro de Azevedo, reuniu com os partidos para que estas facilidades a formação do Governo até ao dia de hoje, incluindo porque o V Governo Constitucional cessava funções na 4.ª feira passada. Encontramos, neste âmbito por apresentar os pontos apresentados, pela Comissão Política, tendo posterior acordo, em 1976, a um ponto de vista, sendo levantado pelo PFD, a "plataforma" de concessão de "estatutos" para

A lenta gestação do VI G.P.

Continuação pág. 1

Modelo na informação estatal.

Admitiu-se que fossem três os quatro pastas compostas por militares Trabalhista, Administração Interna e Comunicação Social para além da presença de Melo Antunes em primeiro nos Negócios Estrangeiros).

Mes a própria participação desta, bem como de outros membros do grupo do 9 esteve longe de se encontrar definitivamente assegurada. Efectivamente, algumas das condições militares por elas postas tinham sido aceites (relatado no Conselho de Revolução de Melo Antunes e Vitor Alves); reestruturação da Assembleia da MPA e do Conselho

de Revolução). Mas, outras condições estavam-se ainda por satisfazer (vide entrevistas com Vasco Lourenço e Sousa e Castro neste momento). Quanto à participação de outros membros da MPA no Governo, ela parecia agora afastada, depois de ter sido excluída no começo de semana (falando-se então, por exemplo, de Ramalho Correia para a Comunicação Social).

Alguns legões de imprensa consideram efectivos ao PCP espreitarem sobre direitos aos 9, facto que não correspondia à realidade conforme nos asseguraram os próprios (ver entrevista de Sousa e Castro nesta página).

Entretanto, prossegue a convergência das chamadas Setas Vasco Gonçalves e de alguns oficiais do COPCON.

Distribuição de pastas

Embora tenhamos legões de informação tivemos avante de distribuições de pastas, mas tema se acaba vagamente foi referido, nas conversações oficiais, com excepção da posição de Melo Antunes.

A proposta de 3-3-1 em 4 mais referida, ficando, além disso, 4 para militares e 1 para independentes.

Sabe-se que os vários partidos foram apelando pastas a aceitar nomear 4 propostas, para preparar a segunda fase das negociações. Assim, o PS reservava para si a maioria das pastas económicas, a Educação e os Negócios Estrangeiros (além de o dividir fosse

Melo Antunes). Nomes tinham Lopes Cardozo para a Agricultura, Magalhães Godinho para a Educação e Sérgio Zúñiga para os Estrangeiros. Igitibus postea prout.

O PSD teria accedido, por esta ordem, as pastas a pedofilia: Assuntos Sociais, Finanças, Justiça ou Comércio Exterior. Já Soares, Sousa Franco, Moita Pinto e Alfredo de Sousa são nomes avanteados para as várias pastas.

Chave que esta distribuição prescreva uma estrutura igual à do V Governo com vice-primeiro-ministro nos ministros sem pasta. Os chamados ex-ibito, que tinham um papel segundo nas negociações até agora produziram vir a preencher lugares de independentes.

AVILEZ, Hopes good
LOURENÇO, O'Neil

Vasco Lourenço ao EXPRESSO

Os 9 só entrarão para o Governo quando garantidas as condições postas

EXPRESSO — Em recentes afirmações à imprensa, declarou que continua a considerar a situação político-militar um pouco confusa. Gostaria que concretizasse melhor esta classificação, e que dissesse, se, em seu entender, não há os «9», fora ou possibilidade para a clarificar?

VASCO LOURENÇO — Ainda não je deu efectivamente a clarificação político-militar que considero necessária para acabar com esta «confusão», e que exige, quanto a mim, definir claramente uma direcção firme no que toca aos assuntos político-militares.

Enquanto continuarmos indecisos em tomar resoluções que constantemente se nos apresentam como indispensáveis, com receio de tomar as decisões que se nos impõem, porque isso pode provocar uma reacção por parte deste ou daquele, desta unidade, daquela comissão de moradores, etc., enquanto continuar uma situação onde não se tomam decisões apenas porque se tem medo delas, ou se não quer abarcar as responsabilidades que essas deci-

sões podem acarretar, não vejo muita viabilidade de poder classificar a situação de não confusa. Estou consciente de que não podemos, por exemplo, continuar a permitir situações como a que se verifica no Regimento de Polícia Militar, e outras...

«Em caso de confronto os «9» têm supremacia»

EXPRESSO — E os «9»? Não terão uma palavra a dizer, uma atitude a tomar?

V. L. — Considero que não se pode pôr o problema em termos de tar ou não força. O problema não é de ver quem tem mais força ou menos. Quando em Tancos me perguntaram como via a situação, e eu disse que tudo se estava a fazer para evitar uma convulsão que podia mesmo ir até ao confronto armado, fui até acusado na «Tribuna do Leitor» do «Diário de Lisboa» de estar a fazer ameaças com a guerra civil... Mas o problema é precisamente o contrário: o que temos



estado a fazer é tentar evitar a guerra civil! E, por outro lado, não tenho qualquer dúvida de que no aspecto da contagem de forças, que no que respeita à parte especificamente militar, quer nos apoios da população, os «9», têm uma supremacia muito grande, e em caso de confronto, quem ganhava em primeira mão, eram as forças representadas pelo nosso «grupo». Tenho dados mais do que suficientes para afirmar isto.

O que me parece é que não há qualquer interesse em ir para um confronto, porque quem ganhava seria esse nosso «grupo», em primeira mão, mas quem se aproveitava era a direita, a reacção, que criaria imediatamente ópti-

mas condições para ceder logo essas forças. Não esqueço que a reacção se está a organizar, que está à espreita, que constitui o nosso inimigo principal, embora haja outras forças que possam ser consideradas inimigas secundárias ou momentâneas.

EXP. — Considera então que não haveria forças suficientes para bater essa reacção?

V. L. — Poderia haver, mas o risco é tremendamente grande, para que não se tente tudo por tudo para evitar portanto qualquer situação que conduza a isso. Repito que não se pode partir para aventuras que possam ir criar boas condições à direita para que ela saia vencedora em caso de confronto. E realço também, que o nosso Movimento, desde o início, tem tentado evitar o derramamento de sangue, e que queremos que continue a ser de cravos, embora haja cravos perniciosos... Evitaremos, a todo o custo, lançar o país numa guerra de extermínio, que faria inúmeras vítimas sem culpa nenhuma. Aproveito também pa-

Continua pág. 12

Vasco Lourenço: A revolução precisa de um PC forte

2

Continuação da 1.

ra dizer, que se nós constituíssemos aquilo que muita gente nos chama, a direita, ou o desejo de regressar a ela, então já tínhamos mudado isto tudo, porque temos força suficiente para o fazer.

O problema é que queremos continuar com uma revolução socialista, mas ao mesmo tempo realista, de acordo com as características do povo português e não uma Revolução estereotipada, copiada de outros países, de modelo fixo, como meta d'úria de «licença» gostaria que ela fosse feita.

Evitamos ou procuramos evitar situações de confronto, mas desejo ardentemente que outras forças não comecem também a pensar que podem exigir algo que não seja correcto só porque isso os beneficia, sempre convencidos de que nós, dentro do bom senso que atrás referi, continuaremos a fazer concessões ou a abdicar permanentemente, porque isso acabou!

EXP. — Em que é que está a pensar?

V. L. — Vou-lhe responder de outra maneira: antes do 11 de Março, havia alguém da Comissão Coordenadora que falando comigo me dizia: «Este é um problema porque em nome da unidade, para evitar confrontos e rupturas, é necessário fazer concessões e quem as faz, somos sempre nós em relação ao grupo socialista! É a «maior» progressista que crede sempre».

Dá-se o 11 de Março, aquele grupo desaparece, e o que é que eu verifico a partir daí e até agora? A volta dessa mesma unidade, que às vezes é fictícia, mas que tem sido suficiente para evitar os tais confrontos, é determinado grupo, os «ps», que tem vindo a fazer concessões, continuamente a outros grupos, nomeadamente ao grupo dito «gongalvista» ou pró-comunista... É acho piada, porque a pessoa que me dizia isso, agora está no grupo «gongalvista», isto é, aquilo que está sempre a stigar essas concessões! E tal como já o tenho indinado: vezes dito em reuniões militares, faço votos para que não seja necessária uma situação semelhante à do 11 de Março, para acabar com as concessões. Será nas discussões abertas que se chegará à conclusão de que terão de acabar as concessões em pontos fundamentais, e que não podem ser sempre grupos minoritários a reivindicar concessões: antes do 11 de Março os socialistas eram minoritários, tal como hoje o são os gongalvistas. E quanto à questão dos moderados e progressistas, eu gostaria de dizer que nos chamam os moderados, mas que me considero pertencente a um Grupo progressista!

«Ficis mandatários do partido A ou B»

EXP. — Fale em chegar-se a conclusões, e uma plataforma, strada dum diálogo aberto e franco. Eu gostaria de perguntar se ainda o acha possível?

V. L. — Possível acho sempre, o que não impede que, evidentemente, cada vez vá tendo menos esperanças! E isto porque as posições sectárias manifestam-se cada vez mais, levando as posições a um ponto de irreversibilidade... Sabe que é muito difícil discutir com pessoas que, sentando-se à mesma mesa do que nós, logo à partida dizem claramente que elas é que têm razão! Em condições assim, com este sectarismo, nada é possível! E, por isso mesmo, devo dizer que não estou muito optimista, porque são alguns meses de prática que me levam a chegar a determinadas conclusões.

Voltoando à força dos «ps», nós tivemos pelo menos a suficiente para impor que o general Gonçalves não permanecesse primeiro ministro, nem tão pouco fosse para CEMGEA. Devo isto, porque houve jornais que especularam com o facto heróico de nós termos nos que não quero aceitar! Não aceitei, porque não os aceitei! Vamos a ver se há condições para utilizarmos todo o pluralismo que gostaríamos de pôr em prática, renunciando de antemão que queramos que sejam apenas os «ps» a existir. Isso de maneira nenhuma, só porque o MFA sempre preconizou o pluralismo, desde que não fosse o reacionarismo, ou, como está a acontecer, a existência dentro do MFA de pessoas que funcionem como pedras de determinado partido, seja de qual for, e que se servem da sua qualidade de militares, para, dentro das FA, fazerem jogo partidário.

Na prática do dia a dia chegámos à conclusão de que havia militares nessas condições. Ora esses militares não podem continuar. Eu sei que é, por outro lado, tremendamente difícil provar isto já que isso era o que a FIDE fazia e não vamos querer repetir os mesmos processos. A minha prova é simplesmente a prática do dia a dia. Temos que fazer a distinção entre ter opções políticas, o que é desejável e saudável, e que se servem da sua qualidade de militares, para, dentro das FA, fazerem jogo partidário.

Na prática do dia a dia chegámos à conclusão de que havia militares nessas condições. Ora esses militares não podem continuar. Eu sei que é, por outro lado, tremendamente difícil provar isto já que isso era o que a FIDE fazia e não vamos querer repetir os mesmos processos. A minha prova é simplesmente a prática do dia a dia. Temos que fazer a distinção entre ter opções políticas, o que é desejável e saudável, e que se servem da sua qualidade de militares, para, dentro das FA, fazerem jogo partidário.

a garantir uma estabilidade? Porque, se bem entendi, vocês não queriam que os jornalistas fossem de assuntos militares, porque nos acusam de especulação, e se, com essa especulação, é criar ainda mais condições de instabilidade, o que parece, além de grave, errado...

V. L. — O problema da indisciplina é grave, difícil, e requer e suscita muita discussão à volta dele. Não sou, positivamente a favor da disciplina que vigorava antes, imposta de baixo para cima, imposta pelo terror; e, ao longo da minha carreira militar, tive muitas discussões sobre isto. Preconizo sempre uma disciplina consentida, compreendida, que era a que praticava com os homens que comandei. Depois do 25 de Abril foi o que tentámos que se vivesse, ao seio das FA. O que se passou, foi que, à força de terem vivido com uma disciplina férrea, imposta pelos galões, muitos militares não reagiram hoje da melhor maneira, abdicando muito de determinadas posições que têm, e considerando por vezes que a melhor maneira de não serem contactados é serem eles a constatar primeiro dizendo constantemente que sim a toda e qualquer reivindicação que lhes possam fazer, sem inflexões, o que leva a um populismo fácil e nada desejável.

O que infelizmente se verificou foi esta procura estral de populismo, em vez de uma procura séria de imposição pela sua capacidade, respeito, e qualidades humanas. Quando digo que a indisciplina não serve a ninguém, e gostaria que isto ficasse muito claro, não pretendo o regresso à ante, de modo nenhum! Tem é de se encontrar a fórmula certa dos graduados se imporem convenientemente...

«Precisamos da colaboração da Informação»

EXP. — Mas voltando à lei...

V. L. — Aí será que tem duas distinções: falar primeiro sobre a situação à qual chegámos e depois à lei. Não tenho dúvidas de que a actual situação, com divições, antagonismos, foi em grande parte aumentada e especulada pelos órgãos de informação: pelos livros que se puderem encontrar nos conteúdos das notícias, pelos exageros, pelas indímeras (e às vezes falsas) ou deturpadas) notícias, etc. Ora isto provocou uma agitação muito grande dentro das FA que não permitiu um congregar de esforços para que se pudesse tentar encontrar as tais soluções, à toda da mesa... Contribuem também para colocar as posições em situações inconciliáveis! Quero esclarecer que os

degidos de informação certamente que estavam convencidos, na melhor das intenções, de que era essa a melhor maneira de defender a revolução, segundo a concepção de cada um. Houve assim muita perturbação causada pelos degidos de informação...

EXP. — E está? e lei? V. L. — O que é que pretendemos então com a lei? Não é de modo nenhum calar a boca aos jornais ou fazer censura sobre o que se passa, mas sim evitar especulações nocivas. E repito que esta lei terá que ser encarada como uma lei de «campanhas», de passagem, mas necessária...

EXP. — Mas, mesmo admitindo que tinha de ser assim, terá sido esta a melhor e mais feliz maneira de resolver o assunto?

V. L. — Evidentemente que não. E digo mesmo mais: o problema deveria ter sido resolvido internamente, criando-se entre os degidos condições para que não apressassem tomadas de posições que pudessem ser objecto de especulação. Fomos para uma medida que, embora não estando correcta, com uma redacção do texto da lei redigida de modo que passou apesar de tudo que poderia ajudar a uma melhor e mais profunda clarificação da situação a nível interno.

EXP. — Mas tem consciência de que a lei está a ser boicotada por todos os degidos de informação? Como reagiram a este boicote geral na sessão de quinta-feira do CR?

V. L. — O assunto foi discutido, clarificaram-se posições e o consenso geral é o de que não se presidia efectivamente entre alguma censura, mas sim tentar resolver uma situação grave, e que não é de modo nenhum resolvelo só dentro da FA. Precisamos da colaboração da Informação, colaboração que se é útil, ao acabar com toda a especulação que, repito, é nociva e em nada contribui para a clarificação que se urgente encontrar.

Acréscimo que, são feitas todas as especulações que têm procurado ligar o grupo dos 9º a origem desta lei. Ainda na quinta-feira, no Conselho da Revolução foram elementos dos 9º, entre os quais eu próprio, a propor a imediata revogação da lei. Tal revogação só não foi decidida porque se entendeu preferível haver uma conversa prévia de um representante do CR com os directores dos jornais, conversa que se realizou ontem mesmo.

CR, Assembleia do MFA e Governo

EXP. — Medando agora de assumir, o que pode ser resolvido mediante o que se vai processar a reestruturação do CR e da Assembleia do MFA, visto que foi nomeado para presidir à equipa que se vai encarregar dessa reestruturação?

V. L. — Em primeiro lugar, devo dizer que, apesar de ser encarregado de presidir à comis-

são que se irá debruçar sobre a reestruturação da Assembleia, visto que é o CR que se vai encarregar da sua própria reestruturação; aliás, já ontem ficou decidido que o Conselho contará apenas com 19 elementos, dos quais seis, por iniciativa das funções: Presidente da República, Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas; Primeiro Ministro, se for militar; três Chefes dos Estados Maiores; Comandante do COPCON; seis elementos do Estrado, e três de cada uma das outras armas. Quanto às outras nomeações, elas serão feitas, por eleição nos diversos ramos; e é natural que, após a próxima reunião do CR, já na próxima semana, ou possa adiantar algo.

EXP. — E sobre a formação do futuro Governo? Põe que está a demorar tanto tempo a sua constituição?

V. L. — Só o almirante Figueiredo de Azevedo poderá falar sobre isso, pois, como primeiro ministro indignado, é a ele que sempre pronunciou-se. Quanto ao tempo que um demorado se reconhece é a eventual dificuldade. Mas não há quaisquer imprevistos do que se encontradas na formação do V Governo. Nome, posso garantir que ainda não há nenhum escolhido definitivamente. Por enquanto, não se chegou lá, visto estar-se ainda na fase dos contactos.

EXP. — O grupo dos 9º, a que pertence, tem sido ultimamente muito acusado de querer lepar o Governo, de exigir várias pausas, etc. Qual é a vossa posição sobre isto? Considera que a clarificação da actual situação politico-militar passa pela vossa acção no VI Governo Provisório?

V. L. — O que me parece importante, e que quero fazer realçar, é que, enquanto não forem criadas as condições indispensáveis para que o Governo possa cumprir a sua tarefa, de nada vale estar no Governo. Explico melhor: nós não aceitamos ir para e simplesmente fazer parte do próximo gabinete (e não nos interessa a tal conquista do poder, rejeitamos todas essas acusações), enquanto não nos for garantido o cumprimento de certas exigências que já pusimos até no Conselho da Revolução...

EXP. — Quais são?

V. L. — Não lhe vou dizer quais são. Dizei que estão estreitamente relacionadas com a clarificação da presente situação politico-militar...

EXP. — E lego com esta crise que sempre estruturou, visto que, segundo entendei, não é suficiente mostrar-se alguns pontos, mas sim registar-se uma profunda remodelação nas estruturas...

V. L. — Por isso, não dizemos: os 9º não vão para o próximo governo, sem a forma de antemão garantidas as condições por eles propostas, condições essas que implicam, em nossa opinião, o abrir caminho para que a situação política regressasse a normalidade em todos os campos. Aqui, não posso deixar de pensar no campo económico e de pôr em

destaque o estado em que se encontra a nossa economia.

Os «9» e o PCP

EXP. — Quais são as actuais relações entre os «9», e o Partido Comunista Português? Conta que haveria um período «short»...

V. L. — Acontece de tudo, quero frisar que os comunistas não são necessários, e de que não pretendemos acabar com eles... Simplesmente o que se passa, é que não podemos de deixar de atacar, de criticar e de condenar a sua política no que se refere ao aspecto nãovidamente sectorial de que está vivida, no modo como tentaram apoderar-se dos órgãos do poder, nos métodos que usaram, e que me fazem lembrar certos métodos (faziam talvez atribuídos aos traumas provocados por cinquenta anos de clandestinidade e resistência. Mas não os queremos destruir. Eles são necessários à Revolução, direi mais, a revolução precisa de um partido comunista forte.

EXP. — Manchas recentes alguns ultra-revolucionários, alguns oportunistas que apertaram substancialmente...

V. L. — Costumo que nem todos os ultra-revolucionários podem ser vistos como oportunistas, ou como neo-revolucionários! Há alguns deles, e isto é importante que estiveram desde a primeira hora no Movimento dos Capitães, são é poucos...

Mas há também muito oportunismo! Posso citar, por exemplo, o caso dum oficial do Estrado, que não quis participar no Movimento quando para isso foi contactado em Moçambique, onde estava em comissão, dizendo inicialmente que «a depois lhe virá a vez a partir! Não vou mesmo avestrar!» Nessa altura, ele dizia também que não frequentava a mesa dos oficiais, «em virtude da sua origem de classe», e porque «eram burgueses demais para que pudessem conviver com eles». Ao regressar a Portugal, no altura do 25 de Abril, continuou sem se integrar em nada, ali que, inesperadamente, no dia 30 de Setembro, resolve dizer bem alto «se fiz a minha opção de classe», e convenceu a actuar em força. Hoje, é um dos que, mais violentamente exigiu o nosso retrocesso... O que gostaria que fosse claro, é que se não quis qualquer pessoa ter, e continue a ter, posições coerentes, mesmo que sejam diferentes das minhas, mais ou menos revolucionárias. É uma questão de óptica.

CASTRO, Sousa

Sousa e Castro ao EXPRESSO

Dentro em pouco ninguém obedecerá à hierarquia militar

APESAR DE todas as esperanças de clarificação rápida da situação política, criadas após a constituição do novo Conselho da Revolução e os trabalhos preparatórios para a formação do novo Governo, a evolução concreta conduziu ao que poderá ser uma crise ainda mais grave e confusa do que a anterior — se é que este chegou a terminar.

A questão mais importante deste novo ciclo da crise política terá sido originada pela aprovação de uma lei de controlo da informação respeitante a assuntos militares e que foi imediatamente repudiada, formal e praticamente, pela generalidade dos órgãos de comunicação social. Desde logo, ficou posta em causa a credibilidade política do novo Conselho da Revolução, na medida em que parece carcer dos meios de intervenção indispensáveis para fazer aplicar as leis que produz.

Procurámos conhecer a opinião de um membro do Conselho da Revolução sobre este tema e suas implicações políticas e consideramos que o capitão Sousa e Castro que, por várias vezes, tem feito declarações sobre este aspecto (e que, nesta semana, foi duramente atacado por certos órgãos de informação), poderia trazer uma contribuição importante para o esclarecimento de uma questão que tem complexas implicações no futuro político imediato.

expresso. Qual é a sua análise política de tal novo Conselho de Informação em relação a assuntos militares? Que significado político irá ter a sua imediata anulação que já se verifica no prática?

SOUSA E CASTRO: Foi visível que a lei conseguiu pôr de acordo contra o Conselho da Revolução formações políticas de todos os quadrantes. Depois de reflectir no efeito causado e nas razões aduzidas contra ela, devo concordar que a lei não atingiu os seus fins e, portanto, que não foi a melhor via para resolver os problemas, mais e importantes, que a originaram.

E quais são esses problemas? O primeiro pode-se sintetizar do seguinte modo: estará o povo português disposto — ou mercerá? — a que os seus problemas, actualmente gravíssimos, sejam a toda a hora e em cada caserna, decididos nas suas costas? Os recentes acontecimentos na Polícia Militar em relação ao embarque para Angola são um exemplo bem doloroso disso mesmo. Pensará o povo português que é possível impor um mínimo de ordem na governação e na condução do processo revolucionário, quando, nas próprias Forças Armadas, a hierarquia é sistematicamente posta em causa por novos e auto-proclamados "defensores do povo"? Cada um de nós pode avaliar o papel determinante que a generalidade da informação tem tido no incutir, tantas vezes propalado, de tais situações.

É claro que defendo que as Forças Armadas devem ser disciplinadas sem recorrer a argumentos do tipo da presente lei. Mas os jornalistas conscientes, se reflectirem no que tem sido a informação nos últimos tempos, sabem que não está em causa a liberdade de informação mas sim a utilização abusiva que se faz dessa liberdade para se manipular as Forças Armadas e desta forma possibilitar o golpe e tomadas ilegítimas do poder.

O não cumprimento da lei e a sua contestação, feita em relação a pontos secundários e para benefício de certas forças políticas que controlam ideologicamente a informação (e a quem interessa destruir as actuais Forças Armadas), poderá levar, logicamente, a dois tipos de escalada.

Por um lado, a escalada golpista destas mesmas forças políticas no interior das Forças Armadas, beneficiando da possibilidade de poder publicar na primeira página de qualquer jornal uma notícia contra ou a favor de uma decisão e que tenha sido aprovada por meio

Continua pag. 12

Sousa e Castro: os perigos da escalada repressiva

Continuação de p. 1

dúcia de militar, auto-constituição em comitê e sabotando assim qualquer Governo, qualquer lei, qualquer decisão. Se os ingleses é que não se apressarem ainda que é isso que se quer e se está a fazer.

Por outro lado, poderá haver a correspondente escalada represiva.

va. E, quando já ninguém souber "quem manda em quem" e "quem cedeia a quem", o povo português estará em condições de aceitar qualquer situação do tipo "estado de emergência" ou "estado de sítio", remediado para o caso dos papéis esta lei agora tão controversa.

Era este esforço isóico prospectivo que se deveria ter exigido aos jornalistas antes da condenação tão vigorosa da lei.

EXP. Foram recentemente publicadas declarações suas, surtidas por agências noticiosas estrangeiras, onde se defendeu o "assassinato" dos comunistas das Forças Armadas. Confirma essa afirmação?

S. C.: Essa entrevista foi parcial e deturpada e escrita. Não reconheço nenhum "assassinato à esquerda". Apenas preocupações, e máximas, que devem sair das Forças Armadas aqueles indivíduos que delas se servem para impor os seus pontos de vista partidários e que, normalmente, só pertencem a formações políticas de

esquerda, mas que também poderiam ser de direita.

Veja-se o caso da Polícia Militar, em que um regimento foi instrumentalizado com a aquiescência e o apoio dos seus comandantes (que não oficiais do quadro permanente) por um grupo comunista de orientação maquista. Neste caso concreto, discutiu-se e decidiu-se unilateralmente sumir os arsenais e destinar de 300.000 portugueses em perigo físico iminente. Isto é, esquecer-se cobardemente — e o que é mais grave, forçando razões políticas para tal — que a actual situação desse 300.000 portugueses é verdadeiramente dramática e que, se não for atendida, poderá redundar numa das maiores tragédias da nossa História. Não bem: os dias "cobardemente" e assumo integralmente a responsabilidade dessa acusação porque não considero o povo português capaz de tamanha vilania.

Qualquer pessoa sensata poderá deduzir ao que isto nos conduzirá. Pensa, ainda, que, dentro em pouco e a confiarmos por este caminho, ninguém obedecerá a ordens da hierarquia militar, o que significa que não haverá ordem, Governo, etc.

EXP. Também o "Jornal 'República'" publicou seis semanas um comentário sobre desobedições esse em que se mencionava a seu afastamento de chamado grupo dos nove em resultado de um desastre político. Tem algum comentário a fazer?

S. C.: A questão das minhas declarações transcritas na "República" deve inscrever-se no quadro geral do ataque que esse jornal me tem dirigido pessoalmente. Por detrás das críticas evidentes, escondem-se a frustração do grupo de trabalhadores que, tendo conhecido uma luta politicamente inoportuna, materialmente injusta e essencialmente oportunista, nunca me pensaram que, como delegado do Conselho da Revolução para resolver o conflito, lhes tivesse dito com toda a franqueza a minha opinião sobre a "luta" que estavam a conduzir. Se bem que tivesse ficado com a convicção de que os membros da Direcção e da Redacção afectados assumiram posições pouco flexíveis, atribuiu à intransigência oportunista da Comissão dos Trabalhadores a não resolução dos problemas. Tive oportunidade, ainda, de chamar a atenção dos trabalhadores para a situação a que a sua atitude fatalmente os conduziria.

Quanto aos comentários: dado que pessoalmente não concordei com a realização da Assembleia Extraordinária do Exército em Tancos, referi publicamente que só lá ia por solidariedade com os camaradas que comigo subverberaram o chamado "documento dos nove". Disse-o publicamente e na intervenção que fiz na própria Assembleia. E falto, portanto, que alguma vez tenha dito que, de algum modo, me tinha "aprendido" das posições assumidas.

Nacional

Novas greves esperam VI Governo Provisório

PREVE-SE para os primeiros dias de vigência do VI Governo Provisório o agravamento das reivindicações dos trabalhadores do Instituto dos Cereais, que se queixam do mau funcionamento do organismo e de que o sector de informática, a braços com a multiplicação alarmante de erros e imprecisões, pediu já a transferência (ou afastamento) da responsável.

Em plenário marcado para hoje, os trabalhadores discutirão a viabilidade de uma greve de paralisação do sector, que atingiria as actividades ligadas à produção cerealiça e à pacificação, caso não sejam reestruturadas, no prazo de quinze dias, a ceguidas e actividade do Instituto.

Publicação de relatório da 5.ª Divisão reprovada por Costa Gomes

A PUBLICAÇÃO de um relatório secreto da 5.ª Divisão do EMGFA feita recentemente por um vespertino liberto suocoso por parte do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas um comunicado censurando a atitude do jornal, "uma vez que essa publicação não fora sancionada por entidade militar competente e como tal considerada ilícita", podendo — segundo o comunicado dimanado do EMGFA — "constituir a especulação de várias ordens, particularmente inconvenientes no actual momento político-militar".

Secretaria do MEIC solidária com o IAC

OS TRABALHADORES da Secretaria-Geral do MEIC solidarizaram-se com a greve de braços caídos dos seus camaradas do Instituto de Alta Cultura, por considerarem que os problemas decorrentes das "reparações de injustiças e promoções se arrastam há demasiado tempo e que, em ano e meio de Revolução os vários Governos nada fizeram pelos funcionários públicos".

Manifestação do SUV no Porto

MAIS DE MIL soldados e marinheiros formaram o núcleo principal de uma manifestação convocada no Porto pelo SUV — Soldados Unidos Vencerão — de apoio ao brigadeiro Eurico Corvo e que foi integrada por milhares de elementos dos partidos políticos componentes da FUR, comissões de moradores e de trabalhadores.

"Soldados sempre, sempre ao lado do povo", foi a palavra de ordem mais escutada durante a manifestação (à qual o PCP não deu apoio) que se transformou em comício na Praça Humberto Delgado. Aí foi verbalizada a "repressão militarista" que impediu os soldados COE de Lamego de comparecer, cujo comandante, apelidado de macaco por os manifestantes, fechou os portões do quartelamento.

O mesmo adjectivo seria ainda dirigido ao brigadeiro Charal, por ter proibido a saída de soldados das quartas, enquanto os manifestantes afirmavam repetidamente "queremos o Corvo, Corvo, Corvo!" que, ausente em Lisboa, não compareceu à manifestação.

FUR apresenta manifesto

A ORGANIZAÇÃO da defesa das massas trabalhadoras através dos órgãos de poder popular face aos ataques armados da reacção capitalista, é a tarefa prioritária apostada pela FUR num manifesto que tornou público em conferência de imprensa na passada quarta-feira.

Na mesma conferência de imprensa foi ainda abordada a lei constitucional com a demanda do CSR afirmando um dos elementos do secretariado: "...esta restrição posta à imprensa via os militares progressistas, para que a sua voz não possa chegar mais ao povo trabalhador. Esta censura atingirá certamente, em primeiro lugar os militares e os oficiais progressistas e revolucionários".

Foi ainda referida a necessidade de dinamizar os oficiais que conspiram objectivamente com a direita, utilizando uma linguagem de esquerda.

Avançar e armar Poder Popular

FORAM AS PRINCIPAIS PALAVRAS DE ORDEM de uma manifestação realizada na passada quarta-feira em Setúbal na qual participaram muitas centenas de militantes das Comissões de Trabalhadores e Moradores e das organizações integradas na FUR.

Cerca das 21 horas um grupo de militares juntou-se à manifestação ostentando um cartaz onde se lia a palavra de ordem: "Soldados sempre sempre ao lado do povo". A junção deu-se junto ao Regimento de Infantaria 11 onde haveria de decorrer um comício.

Assalto ao BPA

A DELEGAÇÃO do Banco Português de Atividade de S. Sebastião da Pedreira, na Av. António Augusto de Aguiar, em Lisboa, foi palco de uma cena de saque e vandalismo perpetrada por vários indivíduos armados e que "rendeu" meia dúzia de milhares de contos.

Enquanto fugiam, depois de terem domado pelas armas os funcionários da delegação, logo à abertura do estabelecimento bancário, os assaltantes perdiam o saco do dinheiro e espalhavam notas, tendo porém "recuperado" o produto do assalto cobrindo-se cuidadosamente com armas de fogo emidas de silêncio. No lado do gólio, foi disparado um tiro de intimidação que ninguém percebeu ao exterior e os gólios manobravam à vontade perante os clientes e os funcionários inibidos. A PSP iniciou diligências e colocou uma guarda nas instalações.

Explosões em Lisboa

ENTRETANTO, o acumular de actos violentos vem a ser documentado por outros assaltos e agências bancárias em outros pontos do país, pelo ataque inesperado a um guarda de PSP em Benfica, atingido "em mais acções" por dois tiros e despojado da pistola regulamentar e, ainda, por três explosões de certa violência que abalaram a madrugada lisboeta da quarta para quinta-feira, registadas nas traslados do Hotel Sheraton, na Ilha de Air Mar e na Embaixada de Espanha. Apenas o último atentado, que causou alguns estragos materiais, foi reivindicado pelo "Grupo de Solidariedade Revolucionária Internacionalista" como protesto contra o julgamento e condenação ao garrote dos patriotas bascos Carmeida e Otáegui.

Pinto Soares regressa à Academia Militar

POR DECISÃO do general Carlos Fábila, foram de novo cometidas ao general Pinto Soares as funções de comandante da Academia Militar, que por iniciativa pessoal havia ocupado.

Quase simultaneamente, e por decreto-lei ditado da Presidência da República, são enumeradas as suas funções, por competência de serviço, os profusores militares em exercício naquele estabelecimento de ensino, os quais serão substituídos por escolha da Chefe do Estado-Maior sob proposta do comandante.

SOUSA,

Marcello Rebelo

Quer o P.C. passar para uma certa oposição?

Marcello Rebelo Sousa

A PERGUNTA que já começa a ser formulada por número crescente de círculos políticos é esta: "Quer o PCP passar para a situação de um partido em certa medida de oposição?"

À primeira vista a mera admissão desta hipótese parece contradizer o facto evidente de o PCP se

encontrar, neste preciso momento, a colaborar na formação do VI Governo Provisório. Como pode, pois, ser da oposição um partido que tem acesso ao Governo no poder?

A resposta a esta pergunta poderá talvez, encaixar em si própria a actual fase da estratégia política do PCP.

Estar e não estar

De facto, depois da fórmula para já falhada da FUR com PCP, este aceitou encetar a formação do VI Governo Provisório, voltando-se de novo para o PS.

Primeiro, isto sucedeu na expectativa de uma fácil plataforma com o PS, e sem demasiado destaque para os Nove.

Simplemente o PS colocava como uma das condições de fundo para participar no Governo que o Programa deste encerrasse uma efectiva viragem política relativamente à orientação dominante nos IV e V Governos.

Paralelamente, o PS exigia a presença do PPD; bem como a de membros do chamado Grupo dos Nove num Governo que se proclamava de Unidade e Salvação Nacional.

Quanto ao PPD, o PCP permaneceu inflexível: não falaria a 3, embora sabendo que dessa decisão lucraria sobretudo o PS, transformado em intermediário imprescindível nas conversas com cada qual dos outros dois "particulares".

Já quanto ao Grupo dos Nove o PCP veio a ceder sem dificuldades de maior. E então veio, a assistir-se a este facto curioso que é um partido que ainda há pouco mais de um mês se chocava com o aventar-se publicamente que participava em negociações governativas com Melo Antunes (de quem a infor-

mação mais influenciada pelo PCP dizia as "últimas") aceitar conversações formais com o PS para a formação do VI Governo com a presença qualificada do aludido Melo Antunes. A política tem as suas exigências táticas.

Neste contexto, a posição do PCP veio a clarificar-se após um violento comunicado contra o PPD: o PCP não aceitaria participar formalmente num Governo com o PPD, embora admitisse, em determinadas condições que um ou mais militantes seus ocupassem pastas governativas, a título pessoal.

Tinhamos (e temos) esta situação em larga medida original:

— o PCP participa na discussão do Programa do Governo em constituição, o que tem feito com muitas exigências (sobretudo não aceitando facilmente os Documentos económicos e sobre informação apresentados pelo PS);

— esta participação visa garantir condições para que militantes seus possam ser integrados, a título pessoal, no ministério;

— entretanto, com essa eventual presença, o PCP estará suficientemente dentro dos problemas apreciados a nível governamental, bem como, por maioria de razão, do próprio Programa de Governo;

— paralelamente, como o PCP se diz — avesso a uma

coligação em que se insira o PPD, partido pelo Avante equiparado ao CDS, formalmente o PCP não se considera partido de Governo.

Ou seja, o PCP, dentro desta perspectiva política,

está a não está no Governo.

Está o suficiente para saber o que nele se passa e decide.

Não está demasiado, para poder ganhar uma dimensão de partido de oposição.

Trata-se, portanto, de uma ideia notável.

Tudo isto no entanto, sucede sem que o PCP demonstre grande pressa de que o VI Governo apareça definitivamente constituído,

designadamente levantando inúmeras reticências no decurso das negociações. Será que esta dilação completa o quadro exposto, permitindo já que o PCP ganhe espaço de manobra para a oposição?



Um negociador "duro" e um deputado cujo regresso se aguarda

Porquê?

O significado político desta jogada é, naturalmente, controversível.

Para uns observadores trata-se-á de um afastamento tático, buscando o PCP a força que tem qualquer partido de oposição a um governo que depara com uma grave crise socioeconómica e tem de assumir medidas impopulares.

Ao mesmo tempo, o PCP pensa ficar eximido da quota parte de responsabilidade na governação, e sobretudo da herança deixada pelos governos anteriores, designadamente o 5.º que apoiou praticamente sozinho (recordar-se-á que as medidas aceleradamente aprovadas por este governo não foram ainda promulgadas e muitas delas são consideradas dificilmente exequíveis — pense-se, por exemplo, nos encargos de 8 milhões de contos a suportar pelo reajustamento dos vencimentos públicos). Esta desmarcação do PCP funcionaria igualmente bem para o caso

de nem sequer se vir a formar o 6.º Governo Provisório.

Para outros observadores, a transformação operada no PCP é mais funda, e assume uma fricção estratégica e não só tática.

Para estes, o PCP inicia, neste momento, uma via de reestruturação interna, tentando adequar a sua actuação a realidades socioeconómicas e políticas ponderosas, que a têm vindo a limitar em largas zonas do país.

Mais do que "o passo atrás" que prepararia "dois em frente", o PCP reconheceria a necessidade de jogar mais claramente as regras do jogo democrático eleitoral, sob pena de criar um isolamento total entre as cúpulas do processo em curso e a maioria do povo português.

Em qualquer dos dois casos, o PCP precisa de ter algum dia sua confiança no Governo. No primeiro deles, para preparar a inflexão tática, logo que ela seja viável.

No segundo para se não afastar por muito tempo do Governo.

O cotejo com experiências históricas mostra, de facto, que se o PCP saísse totalmente, agora, deste 6.º Governo, muito dificilmente voltada ao poder, em jogo democrático/electoral, antes de uns largos anos. Sobretudo o clima anti-PCP, criado e difundido em largos sectores da sociedade portuguesa; assumiria feições ainda mais vincadas, uma vez passado o PCP a partido sem cobertura governativa.

Uma dúvida essencial ocorre-nos neste ponto: porque é que o PCP não desencadeou, paralelamente à formação deste 6.º Governo, uma ofensiva de

manifestações à escala nacional, ou de greves reveladoras da sua força?

Parece-nos que a primeira razão explicativa é de que o PCP não quer para já, assinalar por via a sua nova situação, partido semi-opositor.

Mas, simultaneamente, um outro motivo deve ser pesado: o decréscimo capacidade de mobilização revelado pelo Partido em todo o país e até na sua em que mantém sua aparência de "maior desenvoltura" — a chamada "cintura industrial" de Lisboa. Nesta, o PCP de encontrar-se, de momento, em período de "recuperação de forças" e ganhar no "clan".

Continua pag.

Uma lei infelicíssima

Partamos do princípio que vamos assistir crescentemente neste país, a um PCP que pretende retirar (ou recuperar) dividendos políticos numa atitude de oposição, que vai começando ainda antes da existência de um qualquer 6.º Governo.

Assim sendo, um primeiro exemplo desta atitude pode ter sido o "modus" de actuar de alguns órgãos de informação relativamente à Lei do Conselho da Revolução que veio prever o estabelecimento de limites à difusão de notícias e tomadas de posição militares.

Aliás, vale a pena perdermos algum tempo a examinar o porquê da generalizada (e justíssima) contestação que essa Lei mereceu de praticamente toda a Informação portuguesa.

A história da Lei é simples, e, a um tempo, complexa. Na sua génese encontravam-se algumas reacções violentas de autoridades político-militares (a começar pela Presidência da República) a notícias e comunicados publicados na imprensa, e difundidos na Rádio e Televisão, considerados falsos e até gravemente injuriosos.

No fundo, a questão em causa não era uma questão de liberdade de imprensa, mas sim de estruturação militar.

Havia na informação apenas o reflexo das divisões e fragmentações verificadas a nível de Forças Armadas.

Até à resignação de Vasco Gonçalves, esta divisão beneficiava a linha dos Nove, e era combatida (como muitos ainda se lembrarão) pela linha do ex-Primeiro-Ministro (marginalmente, dela se utilizou a chamada linha dos oficiais do COPCON, que depois veio a convergir com a de Vasco Gonçalves).

Depois, daquela resignação, a divulgação da dissonância passava a ser prejudicial para a nova linha forte — a dos Nove, e fundamental para a linha momentaneamente derrotada — a de Vasco Gonçalves, apoiada pelo PCP e outros partidos de esquerda.

E neste novo ambiente político-militar que se trata de escolher a fórmula de limitar o que alguns apelidam de indisciplina militar e outros qualificam de salutar demonstração de expressão da vontade das bases.

A escolha teórica a fazer tanto pode incidir sobre a elaboração de legislação que reforce as normas de disciplina militar, como na preparação de um diploma que não se reporte ao fundo da questão (a crise militar) e se limite a proibir uma sua consequência (a sua divulgação pública).

Para agravar o problema, o caso do Regimento de Polícia Militar funcionou como pretexto próximo, hiper-sensibilizando muitos dos conselheiros da Revolução.

O projecto apresentado, que parece ter sido preparado pelo Gabinete do Almirante Rosa Coutinho, visava resolver a questão, não através da imposição de novos dispositivos sobre o funcionamento das instituições militares, mas pura e simplesmente vedando aos órgãos de Informação a narrativa dos factos sucedidos ou das tomadas de posição individuais e colectivas dos militares.

A argumentação expendida para justificar esta nova lei baseou-se na crítica de exemplos recentes de manipulação da informação sobre a matéria militar, sobretudo praticada pelos órgãos nacionalizados. Foi, assim relativamente fácil reunir o consenso de conselheiros da Revolução, incluindo de pertencentes à linha dos Nove (notando-se a ausência de Melo Antunes e Vitor Alves que não participaram ainda nessa sessão do Conselho da Revolução).

A reacção da totalidade dos órgãos de Informação portugueses foi imediata e frontal: não só repudiaram a nova lei, como desde logo a maioria declarou estar disposta a não aceitá-la, o que de facto sucedeu com as notícias referentes à Assembleia de Unidade do Regimento de Polícia Militar.

Quanto ao conteúdo da Lei, ela vem abrir uma nova prática constitucional na história da Imprensa portuguesa. De facto, vem criar incriminações extremamente vagas (sobretudo no seu artigo primeiro), permitindo depois que a punição seja feita pelo próprio Conselho da Revolução, e não por tribunais comuns. A gravidade das penas é superior à daquelas previstas no projecto Jesulino, continuando a não se estabelecer qualquer recurso das decisões tomadas para um órgão jurisdicional.

De verdadeiramente novo apenas existem dois elementos:

— o facto de se atribuir a competência para julgar não a um órgão político-administrativo, como é o Governo, mas político-militar, como é o Conselho da Revolução;

— a concessão que é feita quando se autoriza a prévia audição do arguido (e este pormenor é o único menos negativo).

A juntar a todas estas características de uma lei notoriamente anti-democrática, soma-se o facto de nela se não fixar um prazo para a decisão do Conselho da Revolução, o que permitirá que uma notícia ou um comunicado venham a ser punidos depois de sua publicação.

Muitos órgãos de Informação e jornalistas alegaram a anti-democraticidade da lei, no plano dos princípios, (para certos do MRPP e da UDP "fascista", ou "social-fascista"), e o facto de ela vir praticamente proibir a cobertura informativa de tudo quanto se passa a nível de poder militar. Ora, isto num país em que poder militar e poder político tendem a confundir-se na maior parte dos casos, significa o levantamento de uma cortina de fumo censório sobre as actividades de grande parte do poder político.

A estes argumentos juntaram jornalistas e órgãos de Informação considerados mais próximos do PCP uma outra razão explicativa: a nova lei vinha impedir os portugueses de tomar conhecimento do que vai sucedendo nas várias estruturas militares em termos de manifestação dos pontos de vista das bases. E compreensível também este tipo de fundamentos, já que ao PCP convém obviamente a máxima divucação, agora, das divergências de pontos de vista existentes nas F.A. em relação à linha militar de momento mais forte: a dos Nove.

Ofensiva na Constituinte

Entretanto, observadores atentos prevêem para a próxima semana um possível volte-face na tática do PCP na Assembleia Constituinte. (ver notícia na pág. 1).

A confirmar-se a notícia do regresso dos deputados comunistas ao período de antes da ordem do dia, com a intenção manifesta de nele participarem, isso significaria que o PCP passava, a nível de Assembleia Constituinte à posição de partido da

oposição, sendo de presumir o início de uma sistemática série de ataques ao 6.º Governo Provisório (que poderia já estar formado no decurso da próxima semana).

Essa viragem tática seria tanto mais espectacular quanto o PCP tem mantido uma atitude de total oposição de princípio à existência de período de antes da ordem do dia contendo intervenções de ordem política sobre temas da actualidade, existência

essa defendida sobretudo pelo PS e pelo FPD.

Paralelamente a esta expectativa quanto ao comportamento futuro próximo do PCP na Constituinte, considera-se em círculos geralmente bem informados como provável a continuação das sessões de dinamização política recentemente iniciadas no Barreiro, com a participação de Ramiro Correia. Deve, aliás, notar-se que nestas sessões, que têm sido convocadas por organizações de trabalhadores, po-

deriam desempenhar papel destacado oficiais da suspensão 5.ª Divisão.

Os mesmos observadores consideram, por outro lado, admissível que a recente visita de dirigentes do MDP/CDE a Vasco Gonçalves, testemunhando-lhe o seu apoio, significa o desejo de que no futuro a personalidade do ex-Primeiro-Ministro continue a ser objecto de repercussão pública, quem sabe se com base naquele partido.

Dois factos

Dois pontos há na estratégia do PCP que não são de fácil apreensão para um observador meridiano no actual momento político.

O primeiro deles é o que respeita às relações com outros partidos de esquerda, designadamente com os componentes da Frente de Unidade Revolucionária.

Embora o PCP se tenha afastado desta Frente, o MDP/CDE nela continua, participando em todas as suas iniciativas unitárias. Aí, o PCP poderá encontrar-se num "tempo de espera", até que as condições políticas permitam um novo reencontro, em que seja menos patente o seu desejo de instrumentalizar os objectivos e os meios da FUR — acusação de outros dos componentes.

Entretanto, o PCP querará decerto ver qual o peso político efectivo da FUR que ontem iniciou os seus comícios conjuntos.

O segundo ponto relativamente pouco claro da estratégia do PCP é o relativo à informação. Depois de um período de larga contestação dos órgãos considerados veiculadores das suas opções partidárias, sobreveio uma acalmia. Acalmia retratada no próprio tom neutro de alguns daqueles órgãos. Também neste domínio, a decisão pode ser a de esperar para ver os resultados palpáveis do desenlace da crise ainda em curso. Para já o PCP, durante as negociações para a formação do VI Governo Provisório, tem sido muito firme na não aceitação das propostas apresentadas pelo PS e pelo



Um sorriso esfriado



Um Primeiro-Ministro enfiado

Governo, aparentemente aguardando a nova conjuntura, no domínio político ou militar.

Se juntarmos estes elementos ao facto de tudo indicar que o "elan" dos Nove tem vindo a perder alguma força, não tendo sido ainda aceites algumas das suas condições políticas e militares, teremos então que o PCP pode querer esperar por um novo contexto militar. E então, o seu recuo intencional para partido de oposição seria não uma manobra estratégica mas uma mera jogada táctica.

A ser assim, é pouco provável que as direcções do PS e do PPD pretendam assumir a responsabilidade do Governo, sem a satisfação cabal das condições dos Nove, e com a máxima dúvida acerca das efectivas intenções do PCP.

Entretanto, o Presidente Costa Gomes continua a assistir, silencioso, com um sorriso nos lábios aos esforços estenuantes de Pinheiro de Azevedo para formar o 6.º Governo Provisório. Um sorriso silencioso e esfriado.

PPD relativamente ao pluralismo ideológico nos órgãos de informação públicos. Dirigentes do PCP chegaram a dizer, em resposta à sugestão do respeito da proporcionalidade eleitoral que isso permitiria o monopólio da informação estatizada pelo PS e pelo PPD.

Estes factos parecem revelar que o PCP não está

disposto a largar facilmente da mão as posições que detém em vários órgãos de informação, protelando a resolução final, designadamente oferecendo-se para apresentar contrapropostas alternativas.

Neste, como noutros domínios, o PCP parece não estar decididamente muito interessado em fazer apressar a constituição do

A propósito do afastamento do Com. Vítor Crespo

A SEMANA que terminou no passado dia 6 foi, sem dúvida alguma, das mais tensas que se têm vivido ultimamente. Dela se esperava uma clarificação da situação político-militar que o país aguardava ansiosamente mas que, afinal, não surgiu, continuando todos nós suspensos da definição clara e inequívoca do caminho a percorrer para alcançar o socialismo correspondente à vontade da maioria dos portugueses.

Foram múltiplos os acontecimentos ocorridos nessa semana e eles têm sido comentados pelos meios de comunicação social, de acordo com os pontos de vista de quem faz a sua análise.

Portém há um facto que, não passando despercebido, parece não ter merecido a devida atenção dos comentaristas: o afastamento do Comandante Vítor Crespo.

Alvo de violentos ataques no decorrer da Assembleia da Armada (a pontos de se ter abandonado antes do final) Vítor Crespo viu ainda ser aprovada por larga maioria uma moção que lhe retirava a confiança militar e política, o que implicou o seu afastamento do Conselho da Revolução.

Não me surpreende que tal haja sucedido. Admira-me, sim, o silêncio que reina sobre o assunto e que parece traduzir ignorância ou esquecimento do importantíssimo papel desempenhado por este oficial na revolução portuguesa.

Vítor Crespo pertence ao reduzidíssimo número de elementos da Armada que colaborou na preparação do 25 de Abril. Juntamente com outros oficiais do Exército e da Força Aérea participou na elaboração do Programa do MFA e foi o único homem da Marinha presente no posto de Comando na Pontinha, onde a sua calma e lucidez muito contribuíram para o extraordinário espírito de equipa que se reinou durante o desenrolar das operações.

Depois, como membro da Comissão Coordenadora do Programa, a sua acção continuou a ser relevante, tendo tido inúmeros atritos com o ex-Presidente Spínola, mercedo da firmeza das suas convicções e da maneira frontal com as expunha.

Em Julho de 1974, juntamente com um camarada da Força Aérea e outro do Exército, deslocou-se a Moçambique, a mandato do Presidente da República e do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Essa missão tinha por incumbência fazer uma análise da situação política e militar, tomando as medidas imediatas para evitar a desagregação que ameaçava fortemente as Forças Armadas.

Durante cerca de 15 dias, juntamente com os seus companheiros, Vítor Crespo desenvolveu intensa actividade, percorrendo os pontos fundamentais do território, tendo reuniões com elementos políticos e com militares de todas as graduações a quem foi explicada a importância do seu papel e de sua presença para a construção do país moçambicano. Foi, assim, possível melhorar um pouco o moral das nossas tropas.

Nomeado Alto Comissário em Moçambique, em plena crise de 7 de Setembro, para ali seguiu a tempo de, com a sua decisão e firmeza, eliminar por completo o problema que surgia.

Tendo sido graduado em Contra-Almirante sobre impor-se ao respeito e consideração dos seus subordinados, conseguindo estabelecer um clima de disciplina nas forças sob o seu comando que muito contribuiu para o êxito da descolonização daquele território.

Mas, o que é mais importante, soube ganhar o respeito e a consideração da FRELIMO mercedo do seu bom senso, da sua habilidade política e da forma como defendia intransigentemente os direitos dos portugueses sem colidir com as aspirações também legítimas do povo moçambicano.

Sem dúvida que a forma exemplar como se processou o acesso de Moçambique à independência, teve no comandante Vítor Crespo um dos pilares fundamentais, como aliás a própria FRELIMO reconheceu.

Regressado a Lisboa, retoma com humildade revolucionária os seus galões de Capitão de Fragata e, com a ombriedade que o caracteriza, define claramente a sua posição perante a situação política que veio encontrar.

Pois é este homem, digno do respeito de todos os portugueses que agora foi afastado. Como é possível retirar-se a confiança militar a quem soube ser um verdadeiro comandante e equacionar e resolver delicados e complexos problemas das Forças Armadas em Moçambique?

Como é possível retirar-se a confiança política a quem a soube merecer integralmente dum movimento progressista como é a FRELIMO?

Talvez seja uma das originalidades da nossa revolução, que todos dizem ser única e original. Mas, se é assim, estamos perante uma originalidade injusta e lamentável.

Nuno Fisher Lopes Pires
Técnico Coronel de Eng.ª na Reserva

O corte do nó górdio

NO FUNDO, VOLTOU-SE ao princípio. Há algumas semanas, a situação parecia encaminhar-se, inesoravelmente, numa determinada direcção. Era o tempo áureo do gonzalvismo e as chamadas concuistas da revolução progrediam, com rapidez, no sentido desejado pelos oficiais que rodeavam o ex-Primeiro Ministro e pelos partidos que o apoiavam.

Depois, devido à acção, nem sempre conjugada, dos Nove e de alguns partidos, principiou a lenta queda de Vasco Gonçalves. Retardada, encorajada, contestada, concretizou-se há exactamente oito dias.

A partir daí, regressou-se à busca da solução do equilíbrio político ideal. O Primeiro Ministro indigitado procura que os três partidos mais fortes e as principais facções militares se entendam sobre uma plataforma política e económica comum. Tente, além disso, que o VI Governo Provisório não seja hostilizado pelos agrupamentos que deles não fazem parte, nomeadamente os membros da FUR. Para agravar a complicação, há delicadas "nuances" e curiosas questões: o Governo, segundo tudo indica, não será de coligação, mas de personalidade, embora sejam os partidos que oficialmente intervêm nas negociações; o Presidente da República e o major Melo Antunes estão, essencialmente, presentes nas conversações; o PS serve de intermediário entre o PPD e o PC, que não se sentam em conjunto à mesma mesa, por outro lado, no campo militar, as coisas estão longe da clarificação. Toda a gente o sabe, toda a gente o diz, mas só muito lentamente as medidas começam a ser encarradas (reestruturação do CR e da Assembleia do MFA), enquanto as perturbações se acentuam (caso Polícia Militar, por exemplo) e certas fraquezas ou tendências autorocráticas e elitistas vão ressaltando (até da censura militar, por exemplo).

Os políticos, militares e civis, continuam, portanto, a entreter-se, em consultas, condições, recuos,

enfim, como se víssemos no melhor dos mundos, a economia estivesse próspera e se pautasse por um palmo exequível e aceite, os retrocédos de Angola não existissem, as reservas não estivessem a 10 meses do esgotamento, o ódio e a volúncia potencial não fizessem parte dos nossos hábitos, a crise de autoridade estivesse democraticamente sanada, a informação funcionasse com competência e isenção (e como se houvesse regras aceites e seguidas por todos os parceiros do jogo político).

A realidade, no entanto, é muito distinta. O país permanece à espera de quem o saiba governar e, enquanto espera vai-se tornando ingovernável. O país sofrerá em breve uma das maiores crises económicas da sua História, e, enquanto ela não chega, vai gastando alegremente o que já não tem...

Imperialistas estrangeiros e fascistas portugueses entregam, como é óbvio, as mãos, contentes com os sucessivos impasses que se vão criando. O nó górdio cresce, alimentado pelos compromissos, pelos adiamentos, pelas paralizações e neutralizações, pela cegueira dos que põem a política acima de tudo. Até que, um dia, chegará, de espada desembainhada, o Pinochet à portuguesa (por quem inquietantemente, já muitos anseiam). O nó górdio será cortado, a autoridade férrea estabelecida, a repressão será intransigente. Então adeus liberdade, adeus democracia, adeus socialismo original. Os que escaparem recriminar-se-ão reciprocamente, tentarão uma unidade artificial, falarão em comícios promovidos por organizações que deles se servirão. Os que ficarem serão presos ou terão de se readaptar à ditadura, uma ditadura mais forte e vigilante do que a que terminou em 25 de Abril de 1974.

O segundo aniversário da queda de Allende deveria servir não apenas para pretexto de justas e sentidas homenagens, mas também nos convençamos, uma vez por todas, que há problemas concretos a resolver já, que o óptimo é inimigo do bom, que há regras do jogo a criar e cumprir e que é tempo de apurar quem são os verdadeiros responsáveis pela situação a que chegámos.